

Senadores mantêm até 82 assessores sem concurso em gabinetes 'inchados'

—Regulamento permite até 50 comissionados, mas parlamentares usam brechas nas regras para ampliar número; especialistas dizem que estratégia compromete eficiência

NATÁLIA SANTOS

Após três mandatos como deputado federal, Eduardo Gomes (PL-TO) começou seu mandato de senador em 2019 com 54 servidores comissionados (sem concurso público). Em quatro anos, aumentou o gabinete para 82 assessores. Gomes emprega tanto quanto uma empresa de porte médio no ramo de serviços. Segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), uma empresa média tem de 50 a 99 funcionários. O número de funcionários não corresponde a atuação legislativa: em 2023, o senador apresentou três projetos de lei.

O inchaço do gabinete é permitido por "brechas" nas regras do Senado, que possibilitam a multiplicação de cargos. Levantamento do Estadão identificou que outros 12 senadores também tem mais de 50 assessores pagos com dinheiro público. É o caso, por exemplo, de Rogério Carvalho (PT-SE) e Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), com 77 e 67 comissionados, respectivamente. Os parlamentares dizem que precisam dos funcionários para o trabalho legislativo, mas o fato é que os postos acabam servindo para nomeação de aliados e cabos eleitorais.

O regulamento administrativo do Senado estabelece o limite de 12 comissionados por senador, mas permite um rearranjo que pode levar o gabinete a ter 50 assessores. Se o parlamentar assumir outras funções na Casa, como presidência de comissão, liderança de partido ou cargo na Mesa Diretora tem o direito de fazer mais nomeações. O presidente do Senado, por exemplo, pode ter até 260 comissionados, se quiser. Rodrigo Pacheco (PSD-MG) tem 36 assessores.

VALE-ALIMENTAÇÃO. A "brecha" no regulamento não obriga que todos os senadores reorganizem a equipe em cargos menores. Caso o parlamentar opte por essa mudança, ele precisa fazer com que o valor total dos salários seja o mesmo, independentemente da quantidade de funcionários. Com isso, ele consegue empregar mais gente, mas com salários menores. Os

"No fim, o gabinete vai ter muita gente fazendo um trabalho de baixa qualificação"

Cláudio Couto
Professor adjunto de Gestão Pública da FGV

gastos com vale-alimentação desses novos assessores não são considerados nesse limite, o que resulta em despesa extra para o Senado.

A "microempresa" do senador Eduardo Gomes tem a maioria dos funcionários localizados no gabinete em Brasília. Os outros se dividem entre dois escritórios de apoio em Tocantins: um em Palmas, que abriga 31 assessores, e outro em Araguaína, com quatro. Os salários dos comissionados variam de R\$ 1,4 mil (ajudante parlamentar júnior) a R\$ 24,3 mil (assessor parlamentar). No quadro empregatício do senador,

Cada parlamentar é responsável por suas indicações, diz Senado

Ao Estadão, o Senado afirmou que a distribuição de comissionados fica a cargo do parlamentar. "Cabe ressaltar que há fiscalização quanto ao número de servidores comissionados nos gabinetes parlamentares", disse, por nota. A Casa ainda afirmou que os recursos para o pagamento dos servidores se originam nas dotações orçamentárias anuais autorizadas para o Legislativo no Orçamento da União.

O Portal de Transparência do Senado não diferencia quais servidores estão em funções do próprio gabinete e quais prestam serviço a um senador em outra estrutura, como Mesa Diretora ou comissão. Essa ausência de detalhamento impede que o cidadão acompanhe as contratações em gabinete para entender se os senadores estão respeitando as regras. O Senado afirmou que "o site da transparência informa os servidores que estão efetivamente à disposição de cada gabinete".

27 pessoas ocupam cargos denominados como "júnior".

Lotada em Palmas, uma das funcionárias de Gomes tem relação com o parlamentar desde a campanha eleitoral de 2018, quando lhe forneceu um carro. Segundo a prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador pagou R\$ 3 mil na locação de um veículo de Risalva Rodrigues Alvarenga. Ela atua como auxiliar parlamentar sênior no escritório de apoio nº 1 do senador e recebe R\$ 11,9 mil por mês.

Eduardo Gomes apresentou 22 projetos de lei e apenas quatro foram aprovados desde que assumiu o mandato. Em 2023, assinou apenas três propostas. Os temas comportam desde a definição dos requisitos mínimos de segurança para a fabricação de piscinas até a transferência para o domínio de Tocantins das terras pertencentes à União, mas localizadas no Estado.

No final de 2019, o senador foi escolhido pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) para substituir a deputada Joice Hasselmann no cargo de líder do governo no Congresso, após crise deflagrada no PSL. Com uma atuação discreta nos bastidores e alinhado às pautas do governo, votou contra a desdramatização da Reforma da Previdência e a favor do decreto para flexibilizar o porte de armas. Questionado sobre as quantidades de servidores à disposição do mandato, Eduardo Gomes não respondeu ao Estadão.

LÍDERES. Randolfe Rodrigues tem 67 assessores comissionados. Além dos servidores que auxiliam no gabinete, o parlamentar tem direito a mais funcionários por ser líder do governo no Congresso, vice-líder no Senado e líder de bloco partidário. O gabinete de Omar Aziz (PSD-AM) tem 64 servidores comissionados. Ele é presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e vice-líder do PSD na Casa, o que lhe garante a possibilidade de requisitar mais servidores.

Rogério Carvalho, primeiro-secretário da Mesa Diretora do Senado, afirmou que mantém 47 servidores comissionados lotados em escritório de apoio e

MULTIPLICAÇÃO

Veja os senadores que possuem gabinetes do tamanho de uma empresa média

Os maiores contratantes

SENADORES	CARGOS COMMISSIONADOS
EDUARDO GOMES (PL-TO)	82
ROGÉRIO CARVALHO (PT-SE)	77
RANDOLFE RODRIGUES (SEM PARTIDO-AP)	67
OMAR AZIZ (PSD-AM)	64
LUCAS BARRETO (PSD-AP)	63
MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS-RR)	63
NELSINHO TRAD (PSD-MS)	60
ZEQUINHA MARINHO (PODEMOS-PA)	60
WEVERTON ROCHA (PST-MA)	56
ZALCI LUCAS (PSDB-GF)	56
BETO FARO (PT-PA)	56
PLÍNIO VALÉRIO (PSDB-AM)	54
MÁRCIO BITAR (UNIÃO-AC)	52

INFODRÁFICO/ESTADÃO

30 no gabinete e na Primeira-Secretaria. Segundo a assessoria do parlamentar, o cargo na Mesa Diretora "demanda maior número de servidores tanto concursados como comissionados". A nota também afirma que, mesmo lotados na Primeira-Secretaria, os servidores têm exercício no gabinete devido, principalmente, "por conveniência técnica de acesso a sistemas restritos a cada gabinete".

O Estadão entrou em contato com todos os parlamentares citados para entender o motivo da elevada quantidade de servidores e quais as funções por eles empenhadas. Os outros senadores não retornaram até as 21 horas de ontem.

Divisão

Uma alternativa para contratar mais é pagar menos a cada servidor, mantendo o gasto total

EFICIÊNCIA. O professor adjunto do Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP, Cláudio Couto, afirma que, a partir do momento que um senador pulveriza os recursos de seu gabinete para multiplicar a quantidade de servidores lotados nele, a eficiência do trabalho diminui. "No fim, o gabinete vai ter muita gente fazendo um trabalho de baixa qualificação, em vez de priorizar o que são funções efetivamente relevantes para o exercício parlamentar", afirmou.

O inchaço nos gabinetes também dificulta o controle do exercício das funções, o que abre margem para a possibilidade de informalidades no uso do dinheiro público, como explica o cientista político Rafael Cortez, da Tendências Consultoria Integrada. "A gestão de um maior número de pessoas é mais difícil, e mais difícil do que isso é fazer a gestão dos recursos dessa assessoria. Isso não significa necessariamente que há uma prática ilegal, mas é um possível convite a ser mais ineficiente no uso desse recurso. A partir dessa pulverização também se ampliam as estratégias para o parlamentar, eventualmente, fazer uso ilegal dos recursos como já vimos na prática de "rachadinhas", por exemplo", diz. ●